

Transição da Educação Infantil ao Ensino Fundamental: a linguagem e as relações de crianças com e sem Necessidades Educacionais Específicas

Isaac Rodrigues Saglia¹
Maria Silvia Pinto de Moura Librandi da Rocha²

Resumo

Este estudo qualitativo investiga a transição de crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental em uma escola municipal de Educação Infantil em Hortolândia-SP. A pesquisa analisa e destaca a importância das relações entre crianças com e sem Necessidades Educacionais Específicas no contexto dos desafios da diversidade escolar. A pesquisa emprega a metodologia etnográfica, com observações cotidianas da prática docente e das interações infantis. O pesquisador, também professor de Educação Especial, intervém com Comunicação Alternativa e Aumentativa para uma criança não-verbal. Os resultados preliminares identificam que as atividades mediadas facilitaram o desenvolvimento das relações entre as crianças, tanto verbais quanto não verbais. Um destaque especial foi o progresso de uma criança com autismo que ampliou suas relações sociais verbalizando algumas palavras, com destaque para situações mediadas pela linguagem. A pesquisa sublinha que a mediação e o apoio contínuo são essenciais para garantir percurso educacional fluido e desenvolvimental para todos.

Palavras-chave: Autismo; Educação especial; Linguagem; Relações sociais; Transição escolar.

1. Introdução

A educação inclusiva se estabelece como um imperativo ético e legal, refletindo uma mudança de paradigma que transcende o olhar para as condições individuais e foca na capacidade da escola de se adaptar e acolher a diversidade. Esse avanço é impulsionado por documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), e é respaldado pela legislação nacional, como a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), que asseguram o direito à educação para todos, indistintamente.

A presença de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) nas instituições de ensino regular cresceu de forma notável. Esse cenário é um resultado direto da obrigatoriedade de matrícula, um direito consolidado por um vasto arcabouço legal que elevou a educação inclusiva de uma diretriz a um direito garantido por lei. Contudo, embora esse aumento represente a concretização do direito à inclusão, ele também revela as fragilidades do sistema educacional, que ainda se mostra despreparado para atender adequadamente às especificidades desses estudantes durante as transições entre as etapas escolares.

¹ PUC Campinas; isaac.saglia@educa.campinas.sp.gov.br; isaacsaglia@educacao.hortolandia.sp.gov.br;

² PUC Campinas; silrocha@uol.com.br;

Conforme aponta a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015), persistem barreiras que dificultam a plena inclusão nas classes comuns do ensino regular, tais como: barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais. Nesse contexto, a transição entre as etapas de ensino, especialmente da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, emerge como um momento crítico na vida da criança. Esse processo, quando mal conduzido, pode descontinuar os apoios e os progressos já alcançados, especialmente para os estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), comprometendo o desenvolvimento e a participação da criança/do estudante nos anos escolares subsequentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) estabelece a necessidade de a escola se adaptar para acolher os estudantes, preconizando "currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos" (Art. 59, p. 2) para atender às suas necessidades. Nesse contexto, o trabalho colaborativo entre professor e pesquisador emerge como uma estratégia essencial para a efetivação dessa adaptação.

A pesquisa aqui apresentada investiga as relações entre as crianças com e sem NEE em processo de transição entre uma escola de Educação Infantil e uma escola de Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de uma cidade de médio porte do interior de São Paulo. O estudo busca compreender como as relações mediadas pela linguagem podem se constituir como um fio condutor desse processo, pois a transição visa promover a permanência e a qualidade das experiências educacionais oferecidas a essas crianças entre as duas etapas, almejando uma inclusão significativa. A pesquisa evidencia os desafios, mas também subsidia a ressignificação das práticas pedagógicas.

A relevância do período de transição é reconhecida tanto em documentos que servem como diretrizes para o trabalho pedagógico na Educação Básica quanto em pesquisas científicas brasileiras e internacionais. Esses estudos frequentemente alertam para desafios sistemáticos e recorrentes que devem ser considerados, compondo um vasto acervo de teses, dissertações, capítulos de livros e artigos científicos sobre o tema. No entanto, ainda há uma lacuna significativa sobre a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental especificamente para crianças com NEE.

Uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) sobre a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental para crianças com NEE, abrangendo o período de 2008 a 2023, encontrou um total de 23 estudos nas bases Education Resources Information Center (ERIC), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Desses, 12 são internacionais e 11 são nacionais. Os estudos foram categorizados por meio da Análise de Conteúdo em quatro categorias

principais: Enfoque nos Estudantes, Papel dos Professores e Educadores, Influência da Família e Ambiente Familiar, e Aspectos Metodológicos e Políticas Educacionais. Destes, apenas 05 (cinco) internacionais e 03 (três) nacionais abordavam o processo de transição, incluindo reflexões sobre crianças com NEE.

Amparados pela Teoria Histórico-Cultural, destacamos que as mudanças no papel que os estudantes ocupam como participantes da sociedade transformam todo o sistema de relações entre eles e os adultos. Essas transformações implicam alterações importantes em seus processos de formação e desenvolvimento cultural. Um exemplo claro desse fenômeno é o início da vida escolar. Quando a criança entra na escola e começa a frequentar o primeiro ano do Ensino Fundamental, ela vivencia um processo que pode modificar sua personalidade, a forma como se percebe e suas maneiras de se relacionar com as pessoas, o conhecimento, as aprendizagens e a atividade de estudo (Vigotski, 1988).

O problema de pesquisa é: de que maneira as relações interpessoais mediadas entre as crianças contribuem para que elas ocupem um papel de protagonistas no processo de transição? Assim, a pesquisa tem como objetivo geral analisar as relações interpessoais entre as crianças com e sem NEE e suas implicações para o processo de transição. Os objetivos específicos são:

- a) Descrever as relações entre as crianças durante a transição escolar.
- b) Analisar como essas relações influenciam a integração social, emocional e pedagógica nas etapas de ensino.
- c) Propor e avaliar o impacto de estratégias pedagógicas que viabilizem interações entre as crianças para fortalecer os vínculos como elementos de apoio, facilitando a transição.

Em conformidade com os procedimentos éticos, todos os participantes receberam informações detalhadas sobre o estudo e forneceram seu assentimento ou consentimento informado prévio, garantindo a integridade e a responsabilidade da pesquisa. Em síntese, este estudo ambiciona fornecer subsídios práticos e teoricamente embasados para aprimorar a qualidade da transição escolar de crianças com NEE. Ao fazê-lo, busca-se fomentar práticas educacionais mais inclusivas e que promovam experiências de aprendizagem significativas para todas as crianças (Brasil, 1997).

2. Metodologia

A produção de material empírico é multifacetada, incluindo entrevistas semiestruturadas com pais e professores, além de observações detalhadas das turmas em

sala de aula e em outros espaços escolares e diálogo com as crianças. Essa abordagem visa capturar as dinâmicas e as relações interpessoais, elementos cruciais para compreender e facilitar o processo de transição. A investigação será conduzida em duas unidades escolares públicas municipais adjacentes na cidade de Hortolândia-SP: uma turma de Jardim II de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) e uma turma de primeiro ano de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF). Essa escolha permite uma análise comparativa e contextualizada das realidades de ambas as etapas de ensino.

Nesta etapa inicial da produção de material empírico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pais e professores e observações de uma turma de Jardim II, tanto nas atividades realizadas na sala de aula comum como em outros ambientes escolares, — parque, refeitório, sala de vídeo, pátio — visando compreender as relações entre as crianças com e sem NEE mediadas pela linguagem. Além disso, o material produzido serviu como fonte para intervenções.

As sessões de observação do cotidiano escolar se deram de julho a setembro, com permanência de dois a três dias por semana, acompanhando a turma, que é composta por 24 crianças, com idade média de 5 anos, durante todo turno de aula, ou seja, das 8h às 12h. Para registro do material, foram feitas gravações audiovisuais das interações, das produções escritas feitas com as crianças e das intervenções do pesquisador.

3. Resultados iniciais

Fundamentado na Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, que entende o desenvolvimento humano como um processo mediado pelas interações sociais e culturais, este estudo busca elucidar as práticas e os desafios percebidos durante o processo de transição. A ausência de uma comunicação efetiva e de um fluxo de informações detalhado sobre o percurso de crianças/estudantes — incluindo seus conhecimentos prévios, necessidades específicas e históricos de apoio — foi identificada como um dos principais desafios e, ao mesmo tempo, como uma das principais conquistas nesta primeira etapa de produção de material empírico.

Este estudo, em andamento, visa fornecer subsídios para aprimorar a qualidade da transição escolar de crianças com NEE contribuindo para o desenvolvimento de práticas educacionais mais inclusivas e significativas. A transição escolar, especialmente para crianças com NEE, envolve uma série de etapas críticas que impactam significativamente

seu bem-estar e desempenho acadêmico. Traremos, a seguir, dois recortes para elucidar os resultados parciais já produzidos com esta pesquisa.

i) Atividade de encaixe: A intervenção foi conduzida durante uma atividade de encaixe com brinquedos de montar. O objetivo era promover a interação mediada por um material lúdico, observando como as crianças estabeleciam relações. Para tanto, o pesquisador iniciou a atividade propondo a montagem de brinquedos tipo “*beyblade*³” em um grupo de crianças. A criança-estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que apresentava movimentos estereotipados de girar os dedos, foi posicionada em uma mesa onde crianças/estudantes já estavam engajados na brincadeira com brinquedos que construíram com as peças e conseguiram fazer com que girassem imitando um pião e, assim, passaram a emitir sons e palavras.

A partir desse arranjo, foi possível observar o impacto das relações sociais na promoção do engajamento. O registro audiovisual da atividade revelou um momento crucial: criança-estudante com TEA interrompeu seu movimento estereotipado e, ao observar os colegas girando seus “*beyblades*”, começou a girar o seu próprio. Mais significativo ainda foi o fato de que, ao se engajar na brincadeira, ele passou a verbalizar a mesma palavra que os outros meninos — “vira, vira” — em sincronia com a ação.

ii) A imitação e o vínculo comunicativo: A segunda situação analisada envolveu a interação direta entre o pesquisador, grupo e a criança-estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Inicialmente, foi observado um comportamento de evasão por parte da criança-estudante, que, de forma recorrente, se aproximava do pesquisador para desligar a câmera e tentar remover seus óculos, o que poderia indicar uma busca por controle ambiental ou um incômodo com a filmagem.

Após a atividade de encaixe com o “*beyblade*” e o notável avanço na verbalização da criança-estudante, o pesquisador introduziu uma nova intervenção. Ele distribuiu armações de óculos sem lentes para as crianças brincarem. A partir desse momento, o comportamento criança-estudante com TEA mudou significativamente. Ele se dirigiu à câmera, pegou uma armação e, de forma surpreendente, passou a imitar as ações do pesquisador que havia observado ao longo da semana.

4. Considerações

Esses eventos demonstram que a organização da atividade e a exposição a um contexto lúdico, social, rico em interações mediados pela linguagem, funcionaram como

³ *Beyblade*, é uma marca de brinquedos japonesa, nome que ficou conhecido um pião plástico que gira por meio de um cordão lançador.

catalisadores para o desenvolvimento da comunicação verbal. A imitação da linguagem dos pares, mediada pelas brincadeiras compartilhadas, indica que a participação em atividades coletivas pode ser uma estratégia poderosa para o avanço da comunicação de crianças com TEA no ambiente escolar e devem ser consideradas como potencializadores na transição.

O registro audiovisual documentou a brincadeira simbólica, na qual criança-estudante reproduziu gestos, expressões faciais e corporais. Mais do que uma simples reprodução, essa imitação foi acompanhada pela vocalização da palavra "óculos", repetida várias vezes de forma contextualizada. Esse evento demonstra que o vínculo, o jogo simbólico e a linguagem atuaram como mediadores inclusivos. A criança-estudante, que antes tentava afastar o pesquisador, agora o utilizava como modelo para imitação, interação e desenvolvimento da linguagem.

Esses dois recortes reforçam a tese de que o engajamento ativo em atividades lúdicas em que as relações são privilegiadas entre as crianças e os adultos, são estratégias fundamentais para promover o desenvolvimento da linguagem, a comunicação verbal e a inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar, com vistas à sua transição para o Ensino Fundamental de forma que haja garantias de sua permanência na escola.

Para que essa colaboração tenha sido eficaz, foi fundamental que a professora estivesse disposta à cooperação, pois vem sendo pensadas atividades que beneficiem todas as crianças/estudantes da turma. Essa flexibilidade contribui para que as necessidades específicas de cada estudante sejam observadas e atendidas, sempre que possível, aproveitando as relações sociais permeadas pela linguagem, etapa de desenvolvimento crucial no Jardim de Infância.

O estudo, pretende ainda, em sua continuidade, colaborar com as práticas educacionais e para a formação continuada dos profissionais de educação e a organização das relações escolares. A transição para uma nova fase escolar pode ser emocionalmente desafiadora. O estudo pode investigar estratégias para ajudar as crianças a lidarem com mudanças e a se adaptarem ao novo ambiente escolar.

A pesquisa enriquece o corpo de conhecimentos sobre a transição escolar e práticas inclusivas, contribuindo para a literatura acadêmica e para futuras pesquisas na área. O estudo proporciona ao pesquisador uma experiência valiosa em pesquisa aplicada e práticas educacionais, contribuindo para seu crescimento profissional e acadêmico.

Ao abordar essas áreas, o estudo pretende não apenas identificar as práticas e estratégias para facilitar a transição escolar, mas também promover um ambiente

educacional mais inclusivo e equitativo para crianças com NEE. O objetivo final é cooperar para que as crianças tenham uma experiência escolar inclusiva e significativa, com o suporte necessário para seu desenvolvimento.

Nesse cenário, enquanto a pesquisa avança na busca por soluções estruturais e formativas, é imperativo que a escola reconheça a comunicação e as relações interpessoais entre as crianças como a base da verdadeira inclusão. Superar as barreiras e a falta de recursos é crucial, mas a essência do processo inclusivo reside na capacidade de cada criança-estudante se conectar com o outro, construindo laços que transformam a diversidade em um valor inestimável para a convivência e o aprendizado.

O material empírico que está na sede inicial, vem sendo analisado e interpretado qualitativamente, buscando identificar potências destas atividades e culminando em uma tese que propõe um programa de transição para a educação inclusiva a partir do protagonismo das crianças. Poderemos, assim, fornecer subsídios para aprimorar a transição escolar de crianças (com e sem NEE), promovendo práticas educacionais mais inclusivas e significativas, mostrando total aderência com a linha de pesquisa Formação de Professores e Práticas Pedagógicas e com o grupo de pesquisa Linguagens, desenvolvimento humano e atividade pedagógica.

Espera-se que as reflexões preliminares aqui apresentadas contribuam para o aprimoramento das políticas e das práticas educativas, visando a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, onde cada estudante tenha seu percurso de aprendizagem respeitado e apoiado de forma contínua.

Agradecimentos

CAPES, bolsa, Processo: 88887.960245/2024-00 e PPGE/PUC Campinas.

Referências

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução no.5, 17 de dezembro de 2009. *Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, MEC. SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política Nacional de Educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação*. Brasília, MEC, SEB, 2005.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 496 p.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996, 31 de dez.

SAGLIA, I. R.; ROCHA, M. S. P. de M. L. da; TASSONI, E. C. M. *A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental de crianças com Necessidades Educativas Específicas*. In: *Práticas Pedagógicas na Educação Básica: um olhar para o cotidiano da escola*. 01ed.Foz do Iguaçu: CLAEC e-Books, 2024, v. 01, p. 03-19.

SAGLIA, I. R.; MARUM, J. P. O. *A professora de Educação Especial narra a sua história* [livro eletrônico] / organização Isaac Rodrigues Saglia, João Paulo Oliveira Marum. 1. ed.Foz do Iguaçu, PR: CLAEC e-Books.

SAGLIA, I. R.; Marum, João Paulo Oliveira; FLORES, Pablo Jamilk; QUINTAS, R. H. R. *Deficiência: visão diacrônica das terminologias e conceitos*. In: VII Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e VI Congresso LatinoAmericano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares – CLAEHM. Anais, 2022.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante; NOGUEIRA, Ana Lucia Horta; DAINEZ, Débora; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. *Contribuições Teóricas e Conceituais de Vigotski Para a Pesquisa Qualitativa em Educação*. Revista Interinstitucional Artes de Educar, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 1364–1389. DOI: 10.12957/riae, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/63920>. Acesso em: 19 jul. 2025.

UNESCO. *Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais*. Espanha: Salamanca, 1994.

VIGOTSKII, L. S (1988). *Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar*. In: VIGOTSKII, L. S. LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. São Paulo: Ícone.

VYGOTSKI, L. S. (1996) *El problema de la edad*. In: Obras Escogidas IV: Psicología infantil. Madrid: Visor.

VYGOTSKI L. S. (1989) *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 6a ed. São Paulo, SP: Martins Fontes.